



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓMENTO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A EXPANSÃO DO JORNALISMO AMBIENTAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Luana Simões; luana.simoese@ufpe.br¹

Isaltina Gomes; isaltina.gomes@ufpe.br (orientadora)²

RESUMO

Este artigo discute o Jornalismo Ambiental como objeto de produção científica no campo da Comunicação, ampliando seu olhar como prática profissional. Partindo do contexto de intensificação das crises ambientais e do papel dos meios de comunicação na mediação e divulgação de informações sobre o meio ambiente, o estudo busca compreender como o Jornalismo Ambiental tem sido constituído como objeto de investigação acadêmica no Brasil. Para isso, realizou-se um levantamento de teses e dissertações registradas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no período de 2014 a 2024, com base no descritor “Jornalismo Ambiental”. Os dados correspondem a um recorte de estado da arte e permitem identificar potencialidades e lacunas na produção científica da área. Os resultados indicam a existência de 47 trabalhos no período analisado, com crescimento irregular ao longo dos anos e com uma concentração regional assimétrica. Conclui-se que, embora o campo venha se consolidando gradualmente, ainda há necessidade de ampliar e diversificar as investigações sobre Jornalismo Ambiental, fortalecendo sua contribuição para o ensino e para a prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo Ambiental. Comunicação e Meio Ambiente. Produção Científica.

¹ Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE.

² Doutora em Linguística pela UFPE. Professora Titular do Departamento de Comunicação Social da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



2

1. INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento moderno, historicamente fundamentado em uma racionalidade de cunho produtivista e na exploração intensiva dos recursos naturais, tem evidenciado algumas de suas contradições por meio de uma série de problemas ambientais calamitosos, como agravamento do aquecimento global, a diminuição acelerada da biodiversidade, a deterioração de ecossistemas e a proliferação de conflitos de natureza socioambiental. Nesse cenário de crise ecológica, diferentes atores sociais, instituições e campos do conhecimento são mobilizados para convergir esforços na consolidação de uma agenda pró-meio ambiente. Os veículos de comunicação são um desses agentes, sustentando um papel relevante ao mediar a circulação de informações e enquadramentos sobre a questão ambiental, tornando-os mais visíveis e compreensíveis para a sociedade.

Neste panorama de crescente debate sobre o tema, o Jornalismo Ambiental se consolida como um segmento especializado da cobertura jornalística, dedicando-se à elaboração de narrativas, análises e interpretações a respeito das interações dinâmicas entre a sociedade e o meio ambiente (Bueno, 2007). Esse tipo de cobertura tem imposto ao campo comunicacional desafios de natureza cada vez mais complexa, exigindo dos profissionais da área um exercício mais qualificado para compreender e notificar as pautas do desequilíbrio ecológico, uma vez que a temática é de um caráter interdisciplinar, multidimensional e com imbricação em dinâmicas científicas, políticas, econômicas e sociais, frequentemente atravessadas por disputas de interesses, tensões epistemológicas e temporalidades alargadas. Nesse sentido, a cobertura jornalística sobre o meio ambiente demanda dos profissionais da área um investimento mais sistemático em processos de formação, atualização e aprofundamento teórico, de modo a possibilitar a compreensão adequada de



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



3

fenômenos cuja complexidade ultrapassa alguns dos limites tradicionais das rotinas produtivas do jornalismo.

Por essa razão, o ensino de Jornalismo Ambiental configura-se como uma prática cada vez mais relevante e um componente estratégico para a qualificação da prática profissional, possibilitando que futuros jornalistas desenvolvam maiores competências para entender e comunicar eventos ambientais em suas múltiplas perspectivas (Gern e Lima, 2018). Paralelamente, observa-se que o Jornalismo Ambiental também tem se consolidado como um significativo objeto de investigação no campo da Comunicação, mobilizando pesquisadores interessados na compreensão dos processos relacionados à prática, o que contribui para melhor identificar os limites, as potencialidades e os desafios inerentes à esse tipo de produção jornalística mais especializada.

É nesse horizonte que se insere o presente artigo, propondo a questão de como o Jornalismo Ambiental tem sido constituído como objeto de investigação no campo da Comunicação e quais tendências podem ser identificadas na produção científica brasileira dedicada ao tema. Parte-se da compreensão de que mapear e sistematizar essa produção é fundamental para compreender o estágio de desenvolvimento do campo, suas lacunas e potencialidades. Nesse sentido, partimos do objetivo de analisar a produção de teses e dissertações sobre o tema no Brasil, justificando-se pela necessidade de fortalecer reflexões sobre os processos de produção do conhecimento na área e sobre suas implicações para o ensino e para a prática profissional.

1. A EMERGÊNCIA DO JORNALISMO AMBIENTAL



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



4

A partir das dinâmicas de produção e consumo intensivo que caracterizam o modelo de desenvolvimento contemporâneo, estruturado sob a lógica da expansão econômica contínua e da maximização da exploração dos recursos naturais, consolidam-se padrões de organização social insustentáveis do ponto de vista ambiental. Inseridos nesse contexto, tanto a população quanto as instituições que regulam e orientam as atividades produtivas passam a reproduzir práticas que intensificam a pressão sobre os ecossistemas e comprometem os processos naturais de equilíbrio e regeneração ambiental, com diversos obstáculos sobre como reverter o quadro (Beck e Pereira, 2012).

Nesse cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a necessidade de uma reação global frente ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Realizada em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também chamada de Conferência de Estocolmo, levou os Estados a reconhecerem formalmente a proteção do meio ambiente como questão de interesse comum da humanidade e inaugurou uma nova etapa da governança global, baseada na cooperação internacional e na construção de instrumentos normativos voltados à tutela ambiental (Passos, 2009). Esse evento representou, assim, um ponto de inflexão na institucionalização da problemática ambiental no plano internacional, contribuindo para a legitimação política e jurídica do meio ambiente como objeto de regulação e ação coletiva.

No Brasil, o debate de preservação fortificou-se com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92. Se a Conferência de Estocolmo inaugurou a pauta ambiental no âmbito diplomático, a Rio-92 aprofundou esse debate ao integrar de maneira mais explícita as dimensões ambiental e econômica sob o conceito de desenvolvimento sustentável. Um dos principais resultados da Rio-92 foi a



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



5

formulação de documentos orientadores que passaram a balizar políticas públicas e negociações internacionais nas décadas seguintes. A Agenda 21 estabeleceu um plano de ação voltado à implementação de práticas sustentáveis em diferentes escalas, enquanto a Declaração do Rio reafirmou princípios como o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, reconhecendo as assimetrias históricas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao incorporar a sustentabilidade como princípio orientador da governança global, a Conferência contribuiu para institucionalizar ainda mais a preocupação ambiental como componente permanente das agendas nacionais e internacionais.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável, que passou a ser amplamente difundida a partir da Rio-92 como uma espécie de crença na possibilidade de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social, fez com que os meios de comunicação que antes evitavam a questão passassem a incluí-la, como oportunidade de negócios. O que antes era conhecido como um entrave ao desenvolvimento (visto de forma estrita como aumento de riquezas) torna-se uma nova forma de reformar a economia capitalista (Loose e Belmonte, 2023, p. 7).

Com isso, a mídia também foi atingida pela nova preocupação ambiental e iniciou pequenos esforços de visibilidade sobre o tema. Loose e Belmonte (2023) defendem que a consolidação do Jornalismo Ambiental se deu nesse contexto, com os preparativos dos veículos para a cobertura da Conferência Rio 92. Para Bueno (2007, p. 35), o Jornalismo Ambiental caracteriza-se como “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental”. Segundo o autor, essas informações se destinam a um público leigo, não especializado, e pode tanto estar inserida num veículo ao lado de outros temas, como também ser o foco exclusivo de uma publicação.

O Jornalismo Ambiental não é apenas aquele que informa, mas também aquele que



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



6

[...] denuncia questões como a apropriação da água doce por empresas agroindustriais, que alerta para o impacto real das novas usinas hidroelétricas, que enxerga a energia nuclear não apenas como fonte para novos investimentos industriais, mas como geradora de lixo perigoso para o qual não temos ainda destino seguro. (Bueno, 2007, p.21)

Bacchetta (2000), também alinhado à ideia de um jornalismo mobilizador e transformador, defende que o Jornalismo Ambiental deve ser bem diferenciado de outros setores e especializações, principalmente do Jornalismo Científico, que é muito mais abrangente e envolve concepções sobre as quais a ciência moderna exclui a possibilidade de emitir opiniões. A cobertura ambiental deve ter um tom estritamente crítico e independente dos mais diversos campos, tendo em vista que “a extinção de espécies ou fontes renováveis de energia, por exemplo, estão relacionadas com outros aspectos, como a política, a cultura e a economia. Sua complexidade não permite reduzi-lo a análises e descrições simplistas.” (Bacchetta, 2000, p.18)

Portanto, o Jornalismo Ambiental inclui um conjunto muito diversificado de temas, como: desenvolvimento e proteção da fauna e flora, biodiversidade, poluição, mudanças climáticas, condições de água e solo, consumo consciente, questão de resíduos domésticos, transgênicos, conservação de energia, reciclagem, saneamento básico, ocupação desordenada, saber das populações tradicionais e assim por diante. Essa prática é notória por contemplar temáticas que se inter-relacionam com diversas áreas do saber, promovendo debates sociais cujas implicações e responsabilidades exigem aprofundamento por parte do profissional de jornalismo. Pela abrangência e complexidade do tema é exigido, ainda, um esforço para traduzi-lo em uma linguagem acessível ao público não especializado.

Para Gern e Lima (2018), a atual cobertura ambiental ainda é feita, de forma geral, de uma maneira restrita, fragmentada e pouco contextualizada. Os autores acreditam que esse e outros problemas no campo jornalístico envolvendo a produção de pautas sobre meio ambiente podem estar relacionados a própria carência do



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



7

debate ambiental no espaço educacional que forma futuros jornalistas. Em uma pesquisa de campo, os autores expuseram que alunos e professores consideram insuficiente o ensinamento sobre temáticas de meio ambiente dentro da sala de aula; e a maioria dos estudantes não se sentiam preparados para realizar coberturas ambientais fora do âmbito da Universidade.

Para Bonfadelli (2010), o campo de pesquisa em Jornalismo Ambiental encontra-se em um cenário mais periférico quando comparado a outras pesquisas de mídia, marcado por avanços dispersos e influências de áreas vizinhas, como comunicação de risco, comunicação científica e comunicação de desastres, o que contribui para sua falta de delimitação conceitual clara. Segundo o autor, faltam estudos que desenvolvam estratégias comunicacionais eficazes para estimular engajamento sustentável, superar vieses de negatividade e avançar na compreensão dos efeitos de longo prazo da mídia sobre consciência ecológica e comportamentos pró-ambientais.

Por isso, vale ressaltar a necessidade da construção de conhecimento jornalístico alinhada à questão ambiental. Luft (2015) defende que o acréscimo de novos conhecimentos e saberes, abrangendo os conceitos de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, assim como seus efeitos políticos, econômicos e sociais, são considerados o ponto de partida para que o Jornalismo Ambiental possa avançar no aprofundamento e melhor contextualização dos fatos. A seguir, apresentamos essa área como um objeto de pesquisa no campo da Comunicação, investigando as produções de teses e dissertações sobre o tema ao longo de 2014 a 2024.

2. O JORNALISMO AMBIENTAL COMO OBJETO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



8

Em paralelo à sua consolidação como prática jornalística especializada, o Jornalismo Ambiental também passou a se afirmar como objeto de interesse no âmbito da produção científica, especialmente no campo dos estudos em Comunicação. Considerando a importância e complexidade da prática, pesquisadores têm se dedicado ao longo das últimas décadas a compreender de que maneira os meios de comunicação constroem narrativas sobre as questões ambientais, quais enquadramentos orientam a cobertura midiática e quais desafios epistemológicos, profissionais e institucionais podem permeiar a abordagem jornalística dos problemas ecológicos. Esse movimento tem contribuído para a constituição de um conjunto de investigações voltadas à análise das relações entre mídia, ciência, política e sociedade na construção pública da problemática ambiental.

Os dados aqui discutidos correspondem a um recorte do estado da arte (Ferreira, 2002) que apresenta o panorama de pesquisas sobre Jornalismo Ambiental no Brasil realizadas entre 2014 e 2024, desenvolvido para uma dissertação de mestrado em andamento. Este esforço parte do objetivo de mapear e sistematizar informações sobre a temática a partir dos trabalhos finais de pós-graduação cadastrados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, ferramenta que reúne as produções defendidas pelos programas de pós do Brasil.

Para obter os resultados, colocamos em uma tabela todos os trabalhos achados a partir do descritor “Jornalismo Ambiental” no repositório de teses e dissertações da Capes. Os únicos filtros colocados foram para contemplar o recorte temporal da última década registrada: 2014 a 2024. A seguir, está a tabela de quantidade de teses e dissertações distribuídas durante os dez anos analisados.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

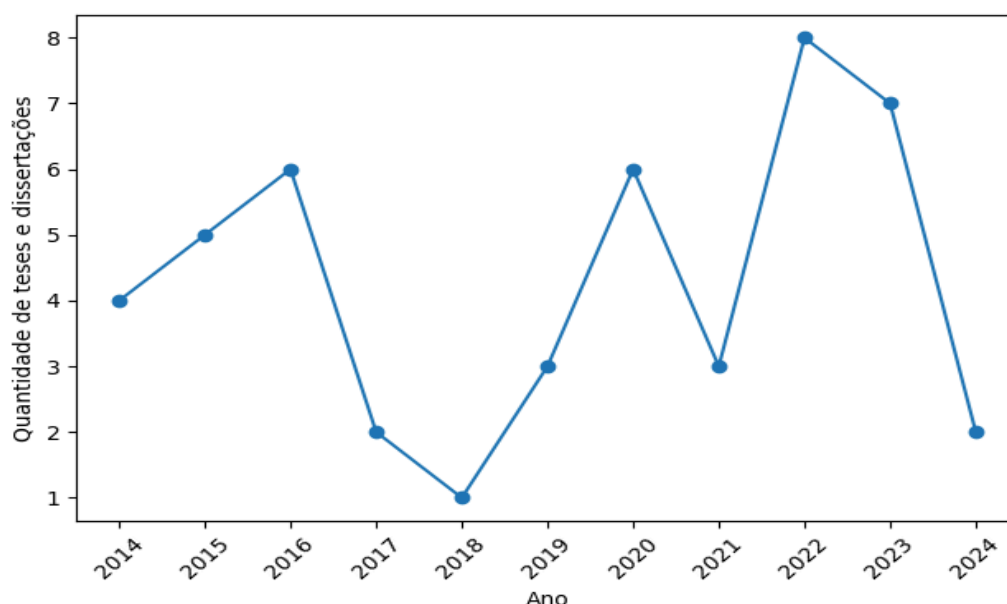
22,23 E 24 DE ABRIL

2026



9

Gráfico 1 - Quantidade de teses e dissertações sobre Jornalismo Ambiental por ano



Fonte: Elaboração própria (2025)

Podemos perceber que a série histórica de 2014 a 2024 evidencia oscilações na produção acadêmica sobre o tema, totalizando 47 trabalhos no período. Entre 2014 e 2016 observa-se um crescimento moderado, com aumento de 4 para 6 pesquisas, indicando uma crescente gradual e modesta. Em 2017 e 2018 ocorreu uma queda acentuada (2 e 1 trabalho, respectivamente), possivelmente relacionada a contextos institucionais mais amplos, como restrições orçamentárias nas universidades e instabilidade nas políticas de fomento científico naquele período, ou mesmo uma reorientação temática temporária por parte de alguns programas.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

APOIO



10

A partir de 2019, a produção retoma ritmo e passa a refletir também os efeitos do contexto pandêmico. Em 2020, primeiro ano da pandemia, há 6 trabalhos defendidos, número semelhante ao pico pré-pandemia, o que sugere que, apesar das limitações impostas às rotinas universitárias, a pesquisa na área manteve continuidade. É possível que o aumento da atenção pública para temas como crises, riscos e ciência durante a pandemia tenha contribuído para a manutenção do interesse em estudos ambientais. Nos anos seguintes, 2021 e 2022, observa-se continuidade da produção, com destaque para 2022, quando são registrados 8 trabalhos, o maior volume da série. Esse crescimento pós-pandemia pode estar ligado à retomada das atividades presenciais e ao avanço de agendas de pesquisa que haviam sido iniciadas ou interrompidas durante o período de restrições sanitárias.

Em 2023, o número permanece elevado, com 7 defesas, sinalizando estabilidade da área no período pós-pandêmico. Já em 2024, registra-se 2 trabalhos, número que indica retração na produção naquele ano em comparação ao ciclo anterior, mas que urge uma análise da produção nos anos seguintes para afirmar uma tendência de queda consolidada. De modo geral, podemos sugerir que o período pandêmico não interrompeu a produção sobre Jornalismo Ambiental; ao contrário, pode ter reforçado a relevância de temas relacionados à ciência, crise e comunicação, elementos que dialogam diretamente com este campo de investigação.

Considerando os aspectos de pesquisas por ano, seguimos a análise para a concentração geográfica dos trabalhos, ou seja, a quantidade de teses e dissertações defendidas em cada estado do Brasil e, a partir disso, agrupamos para visualizar a produção em cada região do país.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

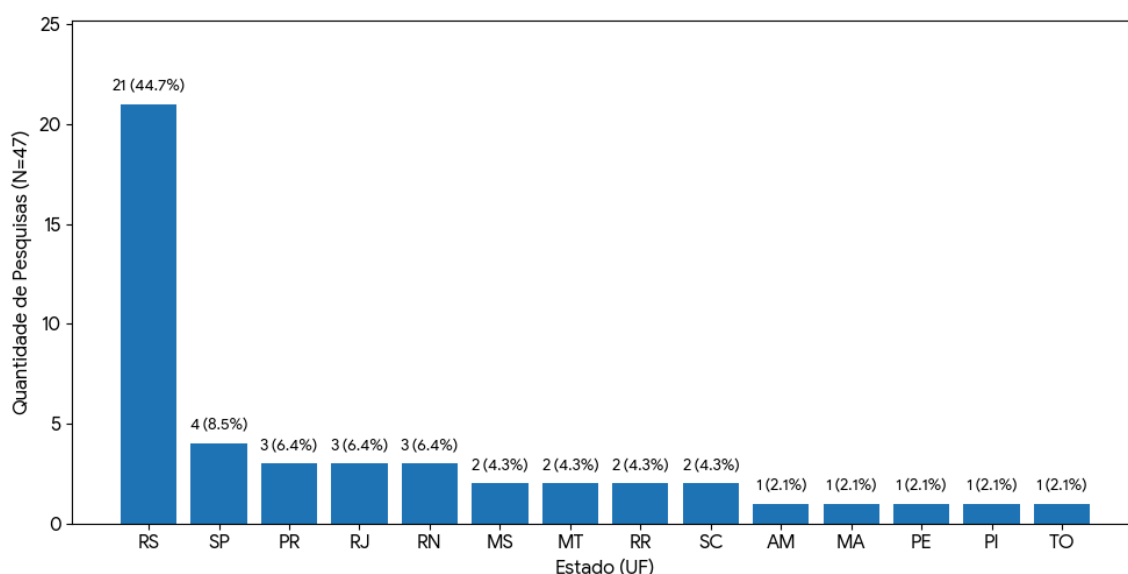
22,23 E 24 DE ABRIL

2026



11

Gráfico 2 – Concentração geográfica de pesquisa sobre Jornalismo Ambiental por estado



Fonte: Elaboração própria (2025)

A distribuição dos trabalhos por estado evidencia uma forte concentração regional na produção acadêmica sobre o tema. O Rio Grande do Sul (RS), com 21 trabalhos, destaca-se de maneira expressiva e consolida-se como o estado com mais quantidade de pesquisas, em razão da maturidade de seus programas de pós-graduação em Comunicação e de grupos de pesquisa dedicados a estudos sobre jornalismo e meio ambiente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da UFRGS, além de ter aprovado em 2003 para início em 2004, a primeira disciplina de Jornalismo Ambiental, iniciativa que inaugurou formalmente o ensino sistematizado de Jornalismo Ambiental no país (Girardi, 2018).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



12

O Rio Grande do Sul é seguido por São Paulo (SP), com 4 trabalhos, e Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ), ambos com 3 trabalhos cada. Nos demais estados, a produção se distribui de forma mais pulverizada, mas ainda assim significativa. O Rio Grande do Norte (RN), com 3 trabalhos, mostra produção crescente em seu programa, enquanto estados como Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Roraima (RR) e Santa Catarina (SC) (todos com 2 trabalhos) indicam o surgimento de núcleos de interesse específicos, possivelmente associados às dinâmicas sociopolíticas e ambientais regionais. A presença de trabalhos isolados em estados como Amazonas (AM), Maranhão (MA), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Tocantins (TO) (todos com 1 trabalho cada) também sugere que o tema está disseminado nacionalmente, embora com menor densidade. A presença de estados amazônicos como Amazonas (AM) e Tocantins (TO), mesmo com apenas 1 trabalho cada indica esforços de produção científica em regiões diretamente impactadas por temas ambientais, ainda que em volume muito menor do que seria esperado dada a centralidade desses territórios no debate ecológico. Consideramos, contudo, que muitos estados não têm programas na área da Comunicação ou com programas mais recentes, o que acomete o número de teses e dissertações defendidas sobre o tema.

Apesar de a Amazônia e o Cerrado, localizados nas Regiões Norte e Centro-Oeste, estarem no epicentro das grandes pautas ambientais brasileiras (como desmatamento, mudanças climáticas e conflitos socioambientais), a produção acadêmica sobre o jornalismo que cobre tal temática ainda é significativamente limitada nessas regiões. Isso pode indicar a necessidade de mais investimentos em programas de pós-graduação e grupos de pesquisa dedicados ao tema nessas áreas, para que a pesquisa reflita e dê suporte à complexidade dos desafios ambientais regionais.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



13

A pesquisa acadêmica desempenha papel fundamental na consolidação do jornalismo como campo de conhecimento, contribuindo para o aprimoramento do ensino e para a qualificação das práticas profissionais (Melo, 2006). Esse movimento favorece a incorporação de reflexões mais críticas nos processos formativos, estimulando a construção de competências capazes de lidar com a complexidade, a interdisciplinaridade e as disputas discursivas que caracterizam o debate ambiental contemporâneo. Desse modo, a produção científica sobre Jornalismo Ambiental torna-se um instrumento relevante para o aprimoramento das práticas jornalísticas e para o fortalecimento de uma formação profissional mais sensível às dimensões científicas, políticas e sociais envolvidas na cobertura das questões ambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo do trabalho evidenciou que o Jornalismo Ambiental se constitui como uma prática especializada que exige dos profissionais da área competências que ultrapassam os limites tradicionais das rotinas produtivas do jornalismo. A natureza multidimensional das questões ambientais, que envolve intersecções entre ciência, política, economia, cultura e sociedade, impõe desafios específicos à cobertura midiática, tornando indispensável um processo formativo capaz de proporcionar aos futuros jornalistas instrumentos teóricos e analíticos que permitam interpretar e comunicar tais fenômenos com maior rigor e profundidade.

Ao observar a intersecção de ensino e pesquisa e reconhecer o Jornalismo Ambiental como um objeto de interesse no campo da produção científica em Comunicação, nos interessamos em realizar um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Capes, contemplando o período de 2014 a 2024, que permitiu identificar um conjunto de 47 pesquisas dedicadas diretamente ao tema. Embora esse número evidencie a existência de um movimento investigativo em torno da área, os



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



14

dados analisados indicam que a produção ainda se caracteriza por oscilações ao longo do período observado, sugerindo um processo de consolidação que permanece em desenvolvimento.

Outro aspecto identificado na análise diz respeito à distribuição geográfica das pesquisas. Observou-se uma concentração significativa da produção em determinados estados, especialmente no Rio Grande do Sul pela UFRGS, cuja tradição acadêmica na área da Comunicação e a existência de grupos de pesquisa dedicados ao tema contribuem para a centralidade da região no desenvolvimento desse campo investigativo. Em contrapartida, regiões que concentram importantes debates socioambientais no país, como a Amazônia e o Cerrado, apresentam uma presença ainda reduzida na produção acadêmica sobre Jornalismo Ambiental, o que revela uma assimetria entre a centralidade dessas problemáticas no cenário nacional e a quantidade de pesquisas voltadas à análise da cobertura jornalística sobre tais contextos.

Esse panorama sugere que, embora o campo venha se estruturando gradualmente no interior dos estudos em Comunicação, ainda há espaço para sua ampliação e fortalecimento, tanto em termos de diversificação temática quanto de expansão territorial das pesquisas. A consolidação de investigações voltadas à análise das narrativas midiáticas sobre meio ambiente, especialmente em regiões diretamente atravessadas por conflitos socioambientais, pode contribuir de maneira significativa para o aprofundamento do debate acadêmico e para o aprimoramento das práticas jornalísticas voltadas à cobertura dessas questões.

Em síntese, ao apresentar o Jornalismo Ambiental tanto como prática profissional quanto como campo de produção de conhecimento, este trabalho buscou contribuir para a reflexão sobre esse campo nos estudos em Comunicação. Em um



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



15

contexto marcado pela intensificação das crises ambientais e pela crescente necessidade de qualificação do debate público sobre tais questões, o desenvolvimento de pesquisas e processos formativos voltados ao Jornalismo Ambiental mostra-se fundamental para ampliar a capacidade do jornalismo de interpretar, contextualizar e comunicar os desafios socioambientais que marcam a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BACCHETTA, Víctor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Víctor L. (Ed.). **Ciudadanía planetaria**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p. 18-21.

BECK, C. G.; PEREIRA, R. C. F. Preocupação ambiental e consumo consciente: os meus, os seus e os nossos interesses. **Revista GeAS**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 53-79, 2012.

BONFADELLI, Heinz. Environmental sustainability as challenge for media and journalism. In: GROSS, Matthias; HEINRICH, Harald. **Environmental sociology: European perspectives and interdisciplinary challenges**. Dordrecht: Springer, 2010. p. 240-278.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além dos conceitos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 15, p. 33-44, 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

GERN, A.; LIMA, M. D. V. Aprender e ensinar o jornalismo ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2018. p. 25-39.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (org.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2018. p. 13-24.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. O ativismo no jornalismo ambiental: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. e1594, 2023.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

APOIO



16

LUFT, Schirley. **Jornalismo ambiental na Amazônia: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no Jornal O Liberal do Pará**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

MELO, José Marques de (org.). **Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras**. São Paulo: Angellara, 2006.

PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba**, v. 6, 2009, p.1-25.